

REGULATORY UPDATE

Julho 2019



A AEM, com a colaboração da SLBA - Sociedade de Advogados, publica o REGULATORY UPDATE com o objectivo de facilitar o mapeamento e acompanhamento da actividade legislativa e regulatória com maior impacto para as empresas cotadas associadas.

O REGULATORY UPDATE contém informação sobre as iniciativas legislativas e regulatórias portuguesas e europeias consideradas mais relevantes, incluindo as ligações para os documentos em causa, e abrange o mês imediatamente anterior ao da respectiva publicação.

FINANÇAS SUSTENTÁVEIS



CARTA DE COMPROMISSO PARA O FINANCIAMENTO SUSTENTÁVEL EM PORTUGAL

No passado dia 8 de Julho, a AEM subscreveu a Carta de Compromisso para o Financiamento Sustentável em Portugal.

A AEM integra igualmente o Grupo responsável pela produção das Linhas de Orientação para o Financiamento Sustentável.



LINHAS DE ORIENTAÇÃO PARA O FINANCIAMENTO SUSTENTÁVEL EM PORTUGAL

EC - TEG interim report on EU climate benchmarks and benchmarks' ESG disclosures - [DOC](#)

ECMI - Sustainability in practice: ratings, research and proprietary models - [DOC](#)

ESMA - Technical Advice to the EC on Sustainability Considerations in the credit rating market - [DOC](#)

INE - 2ª Publicação sobre Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) - [DOC](#)

INSEAD - Sustainability and the Five Archetypes of Boardroom Behaviour - [DOC](#)

IOSCO - Sustainable finance in emerging markets and the role of securities regulators - [DOC](#)

OECD - Financing Climate Futures: Rethinking Infrastructure - [DOC](#)

SSE - Model guidance on reporting ESG information to investors - [DOC](#)

WEF - Businesses are coming together to lead on climate change. Will you join them? - [DOC](#)

WEF - From Funding to Financing: Transforming SDG finance for country success - [DOC](#)

WEF - PORTUGAL: Fostering Effective Energy Transition 2018 - [DOC](#)

WEF - Fostering Effective Energy Transition 2019 - [DOC](#)



LEGISLAÇÃO NACIONAL

LEIS, DECRETOS-LEI, PORTARIAS E RESOLUÇÕES

Decreto-Lei n.º 91/2019, de 5 de Julho

Reforça a estrutura do Centro de Competências Jurídicas do Estado - [DOC](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 108/2019, de 2 de Julho

Altera o Plano de Ação para a Economia Circular - [DOC](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de Julho

Aprova o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 - [DOC](#)

Resolução da Assembleia da República n.º 96/2019, de 17 de Julho

Primeiro orçamento suplementar da Assembleia da República para 2019 - [DOC](#)

Resolução da Assembleia da República n.º 95/2019, de 12 de Julho

Conta Geral do Estado de 2017 - [DOC](#)

Declaração de Retificação n.º 35/2019, de 18 de Julho

Declaração de retificação à Resolução da Assembleia da República n.º 95/2019, de 12 de julho, «Conta Geral do Estado de 2017» - [DOC](#)

Declaração de Retificação n.º 34/2019, de 17 de Julho

Retifica a Portaria n.º 200/2019 (RCBE), de 28 de junho, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 122, de 28 de junho de 2019 - [DOC](#)

Portaria n.º 230/2019, de 23 de Julho

Alteração da Portaria n.º 12/2010, de 17 de janeiro - Tabela de atividades IRS - [DOC](#)

Portaria n.º 228/2019, de 22 de Julho

Fixa os termos em que se procede ao registo a que se refere o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 42/2019, de 28 de março, que cria um regime simplificado para cessão de créditos em massa - [DOC](#)

Portaria n.º 219/2019, de 16 de Julho

Regula a estrutura e conteúdo do ficheiro a utilizar para efeitos do cumprimento da obrigação de comunicação prevista no n.º 1 do artigo 10.º-A do Decreto-Lei n.º 64/2016, de 11 de outubro - [DOC](#)

Portaria n.º 201-A/2019, de 1 de Julho

Atualiza os montantes das taxas e prevê novas taxas resultantes dos atos inseridos pelo novo Código da Propriedade Industrial e revoga a Portaria n.º 1098/2008, de 30 de setembro - [DOC](#)

Despacho Normativo n.º 19/2019, de 12 de Julho

Altera o grafismo do Diário da República e determina a disponibilização de novos conteúdos digitais no Diário da República Eletrónico - [DOC](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA - NOVAS INICIATIVAS

PROPOSTAS DE LEI

Proposta de Lei 209/XIII, 11 de Julho

Aprova o novo regime jurídico da constituição e do funcionamento dos fundos de pensões e das entidades gestoras de fundos de pensões, transpondo a Diretiva (UE) n.º 2016/2341 - [DOC](#)



GOVERNO DE PORTUGAL

DRE para Investidores - Serviço que disponibiliza ao cidadão o acesso facilitado à legislação em vigor e guia de apoio ao investimento - [DOC](#)

DRE Jurisprudência - Portal dos Emissores - [DOC](#)

DRE Legislação Consolidada - Portal dos Regimes jurídicos em destaque e áreas temáticas - [DOC](#)

Portal Simplex - Programa nacional único com medidas que têm como objetivo central tornar mais simples a vida dos cidadãos e das empresas na sua interação com os serviços públicos, contribuindo para uma economia mais competitiva e uma sociedade mais inclusiva - [DOC](#)

Intervenção do Ministro do Ambiente e da Transição Energética na conferência «**Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050: O papel do Financiamento Sustentável**» - [DOC](#)

Quadro Nacional de **Referência para a Cibersegurança** - [DOC](#)

Prestar Contas - Execução das medidas do Programa do XXI Governo - [DOC](#)

Comunicado do Conselho de Ministros, de 18 de Julho - [DOC](#)

ponto 6. Foi aprovado o decreto-lei que transfere para a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários as competências de supervisão sobre as sociedades gestoras de fundos de investimento e de fundos de titularização de créditos. Esta transferência permite eliminar sobreposições e redundâncias na supervisão destas sociedades, bem como reduzir exigências burocráticas excessivas que prejudicavam o setor da gestão de ativos. São ainda criados os fundos de créditos, que vão constituir um canal complementar de financiamento das empresas portuguesas. Com este diploma, que entra em vigor a 1 de janeiro de 2020, o Governo executa mais uma importante medida do seu Programa, tendo em vista o reforço do papel do mercado de capitais no financiamento das empresas e a reorganização das funções de regulação e supervisão, contribuindo para tornar a supervisão financeira mais eficaz.

Comunicado do Conselho de Ministros, de 4 de Julho - [DOC](#)

ponto 3. Foi aprovada uma alteração às regras do Fundo de Coinvestimento 200M (Fundo 200M), com o objetivo de simplificar e reforçar as operações de investimento de capital e quase capital em Pequenas e Médias Empresas (PME).

CMVM - COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

REGULAMENTAÇÃO

Regulamento da CMVM n.º 6/2019, de 16 de Julho - Prestação de informação pelas entidades qualificadas como internalizadores de liquidação - [DOC](#)

CIRCULARES, FAQs E COMUNICADOS

Intervenção da Presidente da CMVM na Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa na **prestação de contas anual sobre a atividade da CMVM** - [DOC](#)

Intervenção da Presidente da CMVM, Gabriela Figueiredo Dias na Conferência Anual Internacional do CIRSIF, subordinada ao tema “**A União dos Mercados de Capitais: Ainda é possível?**” - [DOC](#)

Relatório sobre os Mercados de Valores Mobiliários - 2018 - [DOC](#)



Regulamento do Prospecto em vigor a partir de 21 de julho - [DOC](#)

ESMA divulga dois conjuntos de **guidelines relativas a fundos do mercado monetário** - [DOC](#)

Consulta pública sobre projeto de guidelines para certos aspetos dos **requisitos da função de verificação da conformidade, no âmbito da DMIF II** - [DOC](#)

CMVM assina carta de **compromisso para o financiamento sustentável** - [DOC](#)

Conselho de Reguladores do MIBEL faz balanço da Conferência Comemorativa dos 15 Anos e publica **estudo sobre comparação internacional de preços à vista e a prazo** - [DOC](#)

Conselho de Reguladores do MIBEL faz balanço dos 15 Anos, publica estudo e cria novo Prémio - [DOC](#)

Declaração pública da ESMA com considerações sobre o **reconhecimento de impostos diferidos ativos resultantes de perdas fiscais não usadas** - [DOC](#)

23ª compilação de **decisões da base de dados de Enforcement** do European Enforcement Coordination Sessions - [DOC](#)

CMVM publica relatório sobre **reclamações e pedidos de informação dos investidores** relativo a 2018 - [DOC](#)

Portugal FinLab apresenta resultados e relatório da primeira edição - [DOC](#)

Perguntas e respostas destinadas aos **investidores não profissionais que subscrevam PRIIPs** sujeitos à supervisão da CMVM - [DOC](#)

CMVM determina nomeação de auditor para fixação da contrapartida mínima a oferecer aos acionistas por ocasião da **perda da qualidade de sociedade aberta requerida pela Compta** - [DOC](#)

INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

Indicadores trimestrais de **day-trading** - 2º Trimestre de 2019 - [DOC](#)

Indicadores mensais dos fundos de **investimento imobiliário** - Junho - [DOC](#)

Indicadores mensais dos fundos de **investimento mobiliário** - Junho - [DOC](#)

Indicadores mensais do **mercado de capitais** portugueses - Junho - [DOC](#)

Indicadores mensais de **receção de ordens** - Junho - [DOC](#)

BANCO DE PORTUGAL

CONSULTAS PÚBLICAS

Consulta Pública do Banco de Portugal n.º 2/2019, de 8 de Julho - Projeto de Instrução relativo ao Reporte de Incidentes de Cibersegurança - [DOC](#)

REGULAMENTAÇÃO

Instrução (Histórico) n.º 13/2019 - Define os procedimentos de comunicação ao Banco de Portugal no âmbito do Regulamento (UE) n.º 648/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4-7 - [DOC](#)



Instrução (Histórico) n.º 12/2019 - Especifica os tipos de posições em risco que devem ser associados a riscos elevados nos termos do artigo 128.º do Regulamento (UE) n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013 - [DOC](#)

Instrução (Histórico) n.º 11/2019 - Altera a Instrução n.º 2/2009, de 16 de fevereiro, no sentido de instituir a RIPA – Registo de Instruções de Pagamento como modo de transmissão de instruções de pagamento pelos titulares de contas de depósito junto do Banco de Portugal - [DOC](#)

Carta Circular n.º CC/2019/00000061 - Recomenda às instituições de crédito supervisionadas pelo Banco de Portugal que adotem as medidas necessárias com vista a darem cumprimento às Orientações sobre a gestão de exposições não produtivas e exposições reestruturadas (EBA/GL/2018/06), as quais entraram em vigor em 30 de junho de 2019 - [DOC](#)

RELATÓRIOS E BOLETINS

Boletim Oficial n.º 7/2019 - Julho - [DOC](#)

Boletim Oficial n.º 6/2019: 3º Suplemento - Junho - [DOC](#)

Boletim Oficial n.º 6/2019: 2º Suplemento - Junho - [DOC](#)

Boletim Estatístico n.º 6/2019 - Junho - [DOC](#)

Indicadores Coincidentes - Julho - [DOC](#)

Spillovers - Research in Economics at Banco de Portugal, Year VII - Julho - [DOC](#)

Newsletter TARGET2 I TARGET2-Securities n.º 10 - Julho - [DOC](#)

INTERVENÇÕES E COMUNICADOS

Intervenção do Governador Carlos da Silva Costa na Conferência do Banco Central da Islândia: "Looking back and looking forward: **How do we preserve monetary and financial stability?**" - [DOC](#)

Intervenção de encerramento do Governador, Carlos da Silva Costa, na "Council of Europe Development Bank Conference": "**From Imperative to Urgency: Investment for Social Inclusion**" - [DOC](#)

Intervenção da Vice-Governadora, Elisa Ferreira, na "CIRSF Annual International Conference 2019": "**Banking Union: Crossing an Unstable Bridge**" - [DOC](#)

Intervenção do Vice-Governador, Luís Máximo dos Santos, na "CIRSF Annual International Conference 2019": "**Supervisão Comportamental Bancária: importância e principais desafios**" - [DOC](#)

Apresentação da Diretora do Departamento de Mercados e Gestão de Reservas, Helena Adegas, no "**13th ECB Central Banking Seminar**": "**Monetary Policy and Fragmentation**" - [DOC](#)

Banco de Portugal recebeu **presidente do Conselho de Supervisão do BCE** para reuniões de trabalho - [DOC](#)

Comunidade bancária lança solução para apoiar as empresas nos pagamentos de serviços e nos pagamentos ao Estado - [DOC](#) e [Manual do BdP sobre o registo normalizado para pagamento de serviços](#)

Conferência conjunta do BCE, Banco de Portugal e Comité Irving Fisher sobre estatísticas externas - [DOC](#)

FINLAB Open Day: Sessão de apresentação de resultados - 1.ª Edição - [DOC](#)

Comunicado do Banco de Portugal sobre informação agregada e anonimizada relativa a grandes posições de **instituições de crédito que recorreram a fundos públicos** - [DOC](#)



Comunicado do Banco de Portugal sobre a lista de **países terceiros relevantes para o sistema bancário português 2019-2020** - [DOC](#)

Comunicado do Banco de Portugal sobre a **reserva contracíclica de fundos próprios** – 3.º trimestre 2019 - [DOC](#)

Banco de Portugal publica Instrução relativa às **comunicações no âmbito do Regulamento (UE) n.º 648/2012** - [DOC](#)

Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa debatem **inclusão e formação financeira em Lisboa** - [DOC](#)

Síntese da **atividade sancionatória do Banco de Portugal** no 2.º trimestre de 2019 - [DOC](#)

INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

Estatísticas bancárias Internacionais em base consolidada: 1º Trimestre de 2019 - [DOC](#)

Empresas da central de balanços: 1º Trimestre de 2019 - [DOC](#)

Contas nacionais financeiras: 1º Trimestre de 2019 - [DOC](#)

Taxas de juro de novas operações de empréstimos e depósitos: Maio - [DOC](#)

Empréstimos concedidos pelo setor financeiro: Maio - [DOC](#)

Financiamento das administrações públicas: Maio - [DOC](#)

Endividamento do setor não financeiro: Maio - [DOC](#)

Empréstimos e depósitos bancários: Maio - [DOC](#)

Balança de Pagamentos: Maio - [DOC](#)

Emissões de títulos: Maio - [DOC](#)

Dívida pública: Maio - [DOC](#)

REGISTO CENTRAL DO BENEFICIÁRIO EFETIVO

Foi publicada a **Declaração de Retificação n.º 34/2019**, de 17 de Julho, a qual retifica a Portaria n.º 200/2019, de 28 de junho, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 122, de 28 de junho de 2019 - [DOC](#)

AT - AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

SEAF: Despacho n.º 271/2019, de 5 de Julho - Prorrogação do prazo de entrega da IES/DA e SAF-T - [DOC](#)

SEAF: Despacho n.º 254/2019, de 27 de Junho - Prorrogação de prazos para o cumprimento de obrigações relativas ao processamento de faturas e outros documentos fiscalmente relevantes - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 3203/2017 - Alienação onerosa de participação em sociedade por quotas - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 15604/2019 - Transmissão de bens - Localização das Operações – Operações comunitárias e transnacionais, realizadas sobre movimento de bens entre operadores de PT, ES e Ásia - [DOC](#)

Informação Vinculativa, Processo n.º 8/2019 - Encargos com prémios de seguros de responsabilidade civil obrigatórios - Membros dos órgãos de fiscalização de pessoas coletivas - [DOC](#)

Ofício-circulado n.º 15718/2019 - Taxas de câmbio para determinação do valor aduaneiro no mês de julho - [DOC](#)



JURISPRUDÊNCIA

JURISPRUDÊNCIA NACIONAL

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 298/209, de 16 de Julho

Julga inconstitucional a interpretação normativa dos artigos 61.º, n.º 1, alínea d), 125.º e 126.º, n.º 2, alínea a), todos do Código de Processo Penal, segundo a qual os documentos fiscalmente relevantes obtidos ao abrigo do dever de cooperação previsto no artigo 9.º, n.º 1, do Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária e Aduaneira e no artigo 59.º, n.º 4, da lei geral tributária por uma inspeção tributária realizada a um contribuinte, durante a fase de inquérito de um processo criminal pela prática de crime fiscal movido contra o contribuinte inspecionado e sem o prévio conhecimento ou decisão da autoridade judiciária competente, podem ser utilizados como prova no mesmo processo. - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 3/2019, de 2 de Julho

I. Em processo contraordenacional, no recurso da decisão proferida em 1.ª instância o recorrente pode suscitar questões que não tenha alegado na impugnação judicial da decisão da autoridade administrativa. - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 14 de Maio

I. O cumprimento da decisão judicial que, com base no art. 69.º, n.º 2, do CSC, impõe o prazo de três meses para reforma das contas, constitui dever do órgão legalmente obrigado à apresentação das contas.

II. O ato de correção das contas (delas retirando o elemento considerado irregular) deve ser submetido ao poder de controlo do tribunal, pois este mantém o poder para concluir se a sua anterior determinação foi cumprida ou se não se verificou esse cumprimento, caso em que será decretada a invalidade da deliberação. - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 19 de Junho

I. Tendo a Contribuição sobre o Sector Bancário natureza jurídica de contribuição financeira, não ocorre inconstitucionalidade orgânica e material das normas do seu regime jurídico, por violação dos princípios constitucionais da não retroactividade, da tutela da confiança e da segurança jurídica, da igualdade, capacidade contributiva e equivalência, pelo que também a respectiva autoliquidação, ainda que referente ao ano de 2011, não enferma de ilegalidade por alegada violação desses mesmos princípios. - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 19 de Junho

I. São correcções por métodos directos as efectuadas em consequência de divergências quanto à qualificação de determinadas despesas como custos ou perdas para efeitos do art. 23.º do CIRC (na redacção em vigor à data) e, por isso, excluídas da possibilidade de revisão da matéria tributável ao abrigo do disposto no art. 91.º da LGT.

II. No âmbito da revisão da matéria tributável corrigida com recurso a métodos indirectos, a falta da nomeação do perito independente, como requerido pelo contribuinte, constitui preterição de formalidade legal, ainda que tenha sido justificada pela AT com a falta de publicação no jornal oficial das listas de peritos independentes.

III. No entanto, deve considerar-se convalidado o acto de fixação da matéria tributável se os peritos do contribuinte e do tribunal chegaram a acordo. - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 22 de Maio

I. Incumbe aos Tribunais proceder ao controlo difuso e concreto da constitucionalidade das normas em todas as situações em que não houver, como neste caso não existe, declaração de inconstitucionalidade com força obrigatória e geral de um preceito.

II. Não pode proceder-se à aplicação do disposto no n.º 1, do artigo 5.º da Lei n.º 64/2008, de 5 de Dezembro, na parte em que determina a eficácia retroactiva da alteração do n.º 3, do artigo 81.º do Código de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas a factos tributários de natureza instantânea, já completamente formados, anteriores à data da sua entrada em vigor, sob pena de violação da proibição imposta no artigo 103.º, n.º 3, da Constituição. - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 8 de Maio

I. A antiguidade a que se refere o disposto no artigo 2º, n.º 4, al. b) do CIRS respeita unicamente à antiguidade do trabalhador na entidade devedora da compensação/indemnização pela cessação do contrato de trabalho. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte, de 23 de Novembro de 2017

I. O Recorrente tem de especificar, obrigatoriamente, na alegação de recurso, não só os pontos de facto que considera incorrectamente julgados, mas também os concretos meios probatórios, constantes do processo ou do registo ou gravação nele realizada, que, em sua opinião, impunham decisão sobre os pontos da matéria de facto impugnados, diversa da adoptada



pela decisão recorrida, sendo que não cumprindo os ónus fixados pelo artigo 690.º-A do Código de Processo Civil, o recurso quanto à matéria de facto terá de ser rejeitado.

II. Para apurar se um despacho está, ou não, fundamentado impõe-se, antes de mais, que se faça, desde logo, a distinção entre fundamentação formal e fundamentação material: uma coisa é saber se a Administração deu a conhecer os motivos que a determinaram a actuar como actuou, as razões em que fundou a sua actuação, questão que se situa no âmbito da validade formal do acto; outra, bem diversa e situada já no âmbito da validade substancial do acto, é saber se esses motivos correspondem à realidade e se, correspondendo, são suficientes para legitimar a concreta actuação administrativa.

III. É sobre a Administração Tributária que recai o ónus de demonstrar que existem indicadores fundados que legitimam a sua actuação de proceder a correcções, liquidando imposto devido por aquisições intracomunitárias – cfr. artigo 74.º da Lei Geral Tributária.

IV. Pelo que a Administração Tributária tem que demonstrar que essas aquisições intracomunitárias se realizaram na informação que suporta as correcções respectivas, através de quaisquer meios probatórios que atestem as afirmações que aí faz, se o sujeito passivo contesta tal facto.

V. As informações prestadas pelas administrações tributárias estrangeiras ao abrigo de convenções internacionais de assistência mútua a que o Estado Português esteja vinculado fazem fé quando fundamentadas e se basearem em critérios objectivos, nos termos da lei – cfr. artigo 76.º, n.º 1 e n.º 4 da Lei Geral Tributária. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 5 de Junho

I. De acordo com o disposto no n.º 1 (corpo) do art.º23.º do CIRC, “consideram-se gastos os que comprovadamente sejam indispensáveis para a realização dos rendimentos sujeitos a imposto ou para manutenção da fonte produtora...”.

II. Não se questionando a indispensabilidade do custo, nem a sua contabilização apoiada em documentos de despesa, a sua não-aceitação apenas pode radicar na sua falta de materialidade (ou verdade).

III. Não havendo indícios fundados de que os custos contabilizados pela impugnante com rendas de locação financeira assentam em facturação relativa a operação fictícia (de leasing), fica logo comprometida a legalidade da sua correcção pela AT.

- [DOC](#)

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 5 de Junho

I. Não padece de nulidade por falta de fundamentação, a sentença que faz uma correta enumeração dos factos provados, e que no âmbito da motivação da decisão da matéria de facto, analisa, criticamente, as provas e especifica os fundamentos que foram decisivos para a convicção do julgado, permitindo dar a conhecer quais os suportes probatórios que justificam a prova dos factos considerados provados.

II. A indispensabilidade do custo resulta da sua ligação à atividade empresarial, não carecendo da demonstração concreta de que contribuiu, efetivamente, para a obtenção de proveitos. Não sendo o custo estranho à atividade da empresa e não sendo colocada em causa a efetividade do mesmo, não relevam para efeitos do afastamento da dedutibilidade do custo fiscal os critérios de razão e oportunidade.

III. Da interpretação literal do artigo 39.º do CIRC resulta que a consideração de custos ou perdas pela entidade credora, na circunstância de ocorrer um crédito incobrável, está dependente de tais créditos resultarem de um processo judicial de entre os tipificados no aludido normativo;

IV. Subjacente à previsão normativa no artigo 39.º do CIRC está a certeza da incobrabilidade, aí não se encontrando as situações decorrentes dos processos de dissolução e liquidação, os quais o legislador não incluiu no normativo intencional e deliberadamente.

V. Da interpretação conjugada dos normativos 46.º do CIRC e 31.º do EBF resulta que o regime de isenção ou dedução integral para eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos, é inteiramente aplicável às SGPS independentemente dos requisitos legais quanto ao valor ou à percentagem da participação; O regime é inteiramente aplicável caso uma SGPS residente em Portugal, detenha uma participação durante o período legal numa Entidade Residente noutro Estado Membro, desde que se verifiquem os requisitos contemplados na Diretiva 90/435/CEE (artigo 2.º). - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 27 de Junho

I. O RGCO de forma evolutiva, passando de um modelo de imputação orgânica para um modelo de imputação funcional, em que o sentido da expressão “órgão no exercício das funções” usado no artigo 7.º do RGCO tem de ser entendido como incluindo os trabalhadores ao serviço da pessoa coletiva ou equiparada, desde que atuem no exercício das suas funções ou por causa delas, exceto quando atuem contra ordens expensas ou em seu interesse exclusivo, não se quedando assim pelos seus órgãos sociais.

II. E tal acontece pelo motivo de estes não ostentarem título jurídico que os permita qualificar como representantes “formais”, e de se poder criar uma enorme lacuna de punibilidade e de impunibilidade quanto a infracções que podem revestir assinalável gravidade social, nomeadamente quando cometidas por agentes de facto/ trabalhadores, uma vez que se trata aqui de pessoas Colectivas com estabelecimentos comerciais abertos ao público.



III. No caso de infracção contra-ordenacional cometida em estabelecimento aberto ao público de não reparação ou substituição de bem dentro do prazo legal, tão só é necessária a identificação concreta do agente singular que cometeu a infracção para que a mesma seja imputável à pessoa coletiva. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 6 de Junho

I. As instituições de crédito devem assegurar aos seus clientes elevados níveis de competência técnica (artº 73 do RICSF) devendo nas relações com estes proceder com diligência, neutralidade, lealdade, e respeito consciencioso dos interesses que lhes estão confiados (artº 74 do RICSF), prestando-lhes todas as informações sobre os produtos financeiros (artº 75 do RGICSF e 312 do CVM), de acordo com os princípios da boa fé, à luz de elevados padrões de diligência, correcção, lealdade, transparência e probidade comercial, nele se incluindo os riscos que existissem ou fossem previsíveis.

II. Este dever de informação completa, verdadeira e objectiva deve ser tanto maior quanto menor for o conhecimento do cliente, tendo em conta o seu perfil de investidor não institucional (cfr. referia o artº 321 nº1 do CVM), o que não significa que o cliente/investidor esteja desonerado da adopção de um comportamento diligente aquando da subscrição de qualquer produto, visando o seu cabal esclarecimento.

III. Ao A. Incumbe o ónus de prova de que não lhe foram prestadas todas as informações, ou que as prestadas não reflectiam a realidade, presumindo-se então, verificada esta violação do dever legal de informação, a culpa do banco e incumbindo ao R., neste caso, alegar e provar que não decorreu de culpa sua, conforme resulta do disposto no nº1 artº 314 do CVM..

IV. A inobservância destes deveres de informação, constitui o banco no dever de indemnizar o seu cliente se, desta inobservância, resultarem danos para o cliente (forem causa adequada da existência deste dano (ainda que em concorrência de culpas com o investidor).

V. Sendo prestada ao cliente informação sobre o produto a adquirir (obrigações subordinadas), a emitente, o prazo de vencimento e possibilidade de reembolso antecipado e a taxa de juro, não resulta violada a obrigação de informação por parte do banco, uma vez que insolvência da emitente não era previsível, nem conhecida, nem fazia parte dos riscos especiais deste contrato. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 14 de Dezembro de 2017

I. No crime de violação de segredo protege-se o sigilo profissional nele englobando o segredo bancário.

II. Uma única incriminação pode proteger vários interesses todos eles suficientemente dignos de protecção legal.

III. No segredo bancário para além do interesse próprio dos clientes afectados com a violação existe o interesse público na inexistência de violação de informação bancária, recaindo sobre o banco o dever de garantir a respectiva confidencialidade e o dever de exigir reserva e sigilo a todos os seus trabalhadores e colaboradores.

IV. Recaindo sobre o banco o dever de guardar segredo sobre as informações dos seus clientes, e devendo actuar como garante do efectivo cumprimento e respeito pelo segredo bancário, tem legitimidade para se constituir assistente em processo por crime de violação de segredo p.p. pelo artº 195º CP. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 27 de Maio

I. O artigo 21º do RGIT (Lei 15/2001, de 5/6) estipula que, em geral, o procedimento criminal por crime tributário extingue-se, por efeito de prescrição, logo que sobre a sua prática sejam decorridos cinco anos (n.º 1), o que não prejudica os prazos de prescrição estabelecidos no C. Penal quando o limite máximo da pena de prisão for igual ou superior a cinco anos (n.º 2), pelo que, neste caso, vindo assacada aos recorrentes a coautoria de um crime de fraude qualificada previsto pelos arts. 103º, n.º 1, al. a) e 104º, n.ºs 1 e 2, do RGIT e punível com prisão de um a cinco anos, o prazo de prescrição do respectivo procedimento é de dez anos [cf. art. 118º, n.º1, b), do CP).

II. Nos termos do n.º 4 do referido art. 21º, o prazo de prescrição interrompe-se e suspende-se nos termos estabelecidos no C. Penal, mas a suspensão da prescrição verifica-se também por efeito da suspensão do processo penal tributário, que tem lugar sempre que estiver a correr processo de impugnação judicial ou tiver lugar oposição à execução, em que se discuta situação tributária de cuja definição dependa a qualificação criminal dos factos imputados, até que transitem em julgado as respectivas sentenças, as quais constituem caso julgado para o processo penal tributário relativamente às questões nelas decididas e nos precisos termos em que o foram (cf. arts. 42º, 47º e 48º).

III. Ao invés do processo penal comum – em que a suspensão é apenas facultativa (cf. o art. 7º do CPP, que consagra o princípio da suficiência do processo penal) – é obrigatória a suspensão do processo penal fiscal em virtude da pendência de processos de impugnação judicial ou oposição à execução, na medida em que a decisão, com trânsito em julgado, das questões nestes suscitadas se mostre decisiva (prejudicial) para a definição da existência de crime fiscal e sua qualificação, sendo que a competência para tal decisão cabe a uma ordem jurisdicional própria (os tribunais administrativos e fiscais), em conformidade com o art. 212º da CRP.

IV. Na verdade, a efectiva pretensão tributária, ainda que em termos de mera susceptibilidade, é parte integrante do elemento objectivo do tipo criminal: apurando-se definitivamente que nada é devido ao erário público ou que não lhe é devido o que a Administração Tributária pretendia, fica demonstrada, respectivamente, a inexistência de qualquer comportamento



penalmente censurável ou a eventual persistência de um dos pressupostos da responsabilidade penal em moldes diferentes dos afirmados na liquidação impugnada.

V. Assim, a questão de saber se a impugnação judicial apresentada por um arguido junto dos tribunais fiscais apenas se repercute na sua esfera jurídica e, por isso, não suspende o processo penal tributário e o prazo de prescrição do procedimento criminal relativamente a outros arguidos não obtém uma solução genérica e abstracta, antes depende da averiguação, caso a caso, sobre se entre o processo penal tributário e aquele procedimento tributário existe a relação de prejudicialidade que justifica a excepção ao princípio da suficiência do processo penal.

VI. Na situação em apreço, embora não tenham sido deduzidas pelos ora recorrentes, as aludidas impugnações judiciais, tendo por objecto as liquidações efectuadas do valor indevidamente obtido a título de IVA e IRS através da sua coautoria da falsificação das facturas, colocaram em causa, pelo menos provisoriamente, a substantiva relação jurídica tributária, com manifesta incidência negativa na possibilidade de afirmação do crime de fraude fiscal imputado aos mesmos, sendo que a decisão definitiva obtida em qualquer delas até veio a afectar efectivamente o objecto do processo penal.

VII. Por isso, a fixação definitiva da situação tributária e da determinação da colecta obtida em tais impugnações entra directamente como premissa no silogismo em que se consubstancia o elemento lógico da sentença penal, para o apuramento da responsabilidade dos recorrentes pelo crime de fraude fiscal, ocorrendo, pois, no apontado contexto, a suspensão do processo penal tributário e do prazo de prescrição do procedimento criminal relativamente aos arguidos recorrentes, ainda que não tenham deduzido as impugnações.

VII. A coautoria verifica-se na precisa medida em que a execução se encontre coberta pela decisão conjunta obtida num acordo, mas, para que este exista, é suficiente a consciência e vontade da colaboração de várias pessoas na realização dum tipo legal de crime, não sendo necessário que cada um dos agentes cometa integralmente o facto punível, que execute todos os factos correspondentes ao preceito incriminador, que intervenha em todos os actos a praticar para obtenção do resultado pretendido, pois basta que a actuação de cada um, embora parcial, seja elemento componente do todo e indispensável à produção do resultado.

IX. Civilmente, sendo vários os (co)autores, todos eles respondem, solidariamente, pela medida integral da vantagem ilícita que se apure (cf. arts. 490º, 512º e 513º do CC). - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 24 de Abril

I. Como consequência da greve e da decorrente suspensão do contrato, o empregador fica desobrigado do pagamento da retribuição, já que a prestação do trabalhador não é executada.

II. Tal desoneração obedece a um duplo condicionalismo, a conformidade com critérios de proporcionalidade, devendo corresponder à contraprestação que foi negada, e não pode implicar coacção, prejuízo ou discriminação de trabalhador por motivo de adesão ou não a greve.

III. Serão inaceitáveis prémios de assiduidade quando a sua regulamentação constitua em termos práticos um fator de desincentivo à adesão à greve, pelo “não ganho desproporcionado em relação à duração daquela”.

IV. Nos prémios instituídos por iniciativa da empregadora apenas se coloca a questão da interpretação da vontade desta, e somente pela sua contrariedade à lei, pode ela ser limitada ou restringida.

V. Para um prémio pago numa base mensal, o reflexo das ausências por greve no prémio do mês em que ocorreu a ausência, se por outros motivos não for discriminatório, é lícito, ainda que apresente um decréscimo mais do que proporcional, desde que tal decréscimo não se mostre excessivo.

VI. No caso de prémios de base plurimensal ou anual, os efeitos da ausência por greve vão projectar-se nos prémios de meses subsequentes de forma desproporcionada, implicando tal prolongamento, por regra, uma violação do princípio da proporcionalidade. - [DOC](#)

Decisão Arbitral do Centro de Arbitragem Administrativa, de 17 de Setembro de 2018

IRC - SGPS; Artigo 32.º do EBF; Revogação; Circular 7/2004 - Vinculação. - [DOC](#)



LEGISLAÇÃO EUROPEIA

EUROPEAN COMMISSION

DECISIONS AND REGULATION

Council Decision (EU) 2019/1193 of 8 July 2019 on the position to be adopted, on behalf of the European Union, within the EEA Joint Committee concerning an amendment to Protocol 31 to the EEA Agreement, on cooperation in specific fields outside the four freedoms (Budget line 33 02 03 01 — Company law) - July 12 - [DOC](#)

Council Decision (EU) 2019/1180 of 8 July 2019 on the position to be adopted, on behalf of the European Union, within the EEA Joint Committee concerning an amendment to Protocol 31 to the EEA Agreement, on cooperation in specific fields outside the four freedoms (Budget line 12 02 01 — Implementation and development of the single market for financial services) - July 11 - [DOC](#)

Commission Implementing Decision (EU) 2019/1103 of 27 June 2019 amending Council Regulation (EC) No 1210/2003 concerning certain specific restrictions on economic and financial relations with Iraq - June 28 - [DOC](#)

Commission Delegated Regulation (EU) 2019/981 of 8 March 2019 amending Delegated Regulation (EU) 2015/35 supplementing Directive 2009/138/EC of the European Parliament and of the Council on the taking-up and pursuit of the business of Insurance and Reinsurance (Solvency II) - June 18 - [DOC](#)

Commission Implementing Regulation (EU) 2019/1131 of 2 July 2019 establishing a customs tool in order to implement Article 14a of Regulation (EU) 2016/1036 of the European Parliament and of the Council and Article 24a of Regulation (EU) 2016/1037 of the European Parliament and of the Council - July 3 - [DOC](#)

Commission Implementing Regulation (EU) 2019/1129 of 2 July 2019 amending Implementing Regulation (EU) No 79/2012 laying down detailed rules for implementing certain provisions of Council Regulation (EU) No 904/2010 concerning administrative cooperation and combating fraud in the field of value added tax - July 3 - [DOC](#)

Regulation (EU) 2019/1156 of the European Parliament and of the Council of 20 June 2019 on facilitating cross-border distribution of collective investment undertakings and amending Regulations (EU) No 345/2013, (EU) No 346/2013 and (EU) No 1286/2014 - July 12 - [DOC](#)

Regulation (EU) 2019/1150 of the European Parliament and of the Council of 20 June 2019 on promoting fairness and transparency for business users of online intermediation services - July 11 - [DOC](#)

Regulation (EU) 2019/1149 of the European Parliament and of the Council of 20 June 2019 establishing a European Labour Authority, amending Regulations (EC) No 883/2004, (EU) No 492/2011, and (EU) 2016/589 and repealing Decision (EU) 2016/344 - July 11 - [DOC](#)

Regulation (EU) 2019/1020 of the European Parliament and of the Council of 20 June 2019 on market surveillance and compliance of products and amending Directive 2004/42/EC and Regulations (EC) No 765/2008 and (EU) No 305/2011 - June 25 - [DOC](#)

Directive (EU) 2019/1160 of the European Parliament and of the Council of 20 June 2019 amending Directives 2009/65/EC and 2011/61/EU with regard to cross-border distribution of collective investment undertakings - July 11 - [DOC](#)

Directive (EU) 2019/1153 of the European Parliament and of the Council of 20 June 2019 laying down rules facilitating the use of financial and other information for the prevention, detection, investigation or prosecution of certain criminal offences, and repealing Council Decision 2000/642/JHA - July 11 - [DOC](#)

Directive (EU) 2019/1151 of the European Parliament and of the Council of 20 June 2019 amending Directive (EU) 2017/1132 as regards the use of digital tools and processes in company law - July 11 - [DOC](#)



Directive (EU) 2019/1023 of the European Parliament and of the Council of 20 June 2019 on preventive restructuring frameworks, on discharge of debt and disqualifications, and on measures to increase the efficiency of procedures concerning restructuring, insolvency and discharge of debt, and amending Directive (EU) 2017/1132 (Directive on restructuring and insolvency) - June 26 - [DOC](#)

Proposal for a Directive of the European Parliament and of the Council amending Directive (EU) 2017/1132 as regards cross-border conversions, mergers and divisions - [DOC](#)

Statements relating to Directive (EU) 2019/1153 of the European Parliament and of the Council of 20 June 2019 laying down rules facilitating the use of financial and other information for the prevention, detection, investigation or prosecution of certain criminal offences, and repealing Council Decision 2000/642/JHA - July 11 - [DOC](#)

Guideline (EU) 2019/1034 of the European Central Bank of 10 May 2019 amending Guideline ECB/2014/31 on additional temporary measures relating to Eurosystem refinancing operations and eligibility of collateral (ECB/2019/13) - June 24 - [DOC](#)

Guideline (EU) 2019/1033 of the European Central Bank of 10 May 2019 amending Guideline (EU) 2016/65 on the valuation haircuts applied in the implementation of the Eurosystem monetary policy framework (ECB/2019/12) - June 24 - [DOC](#)

Guideline (EU) 2019/1032 of the European Central Bank of 10 May 2019 amending Guideline (EU) 2015/510 on the implementation of the Eurosystem monetary policy framework (ECB/2019/11) - June 24 - [DOC](#)

Retificação do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de abril de 2014, relativo aos requisitos específicos para a revisão legal de contas das entidades de interesse público e que revoga a Decisão 2005/909/CE da Comissão - 12 de Julho - [DOC](#)

OTHER DOCUMENTS

Macroeconomic Responses to **Fiscal Shocks** in Portugal - [DOC](#)

Portugal - The Single Market Scoreboard - [DOC](#)

Summer 2019 Economic Forecast - **Portugal** - [DOC](#)

European Economic Forecast - Summer 2019 - [DOC](#)

TEG report on **EU green bond standard** - [DOC](#)

TEG report on **EU taxonomy** - [DOC](#)

Call for feedback on TEG report on **EU Taxonomy** - [DOC](#)

EU-wide stress tests for banks: unparalleled amount of information on banks provided but greater coordination and focus on risks needed - [DOC](#)

Summer 2019 Economic Forecast: Growth clouded by external factors - [DOC](#)

Assessment of the prospective fiscal stance appropriate for the euro area - [DOC](#)

Feedback on the draft technical advice on minimum requirements for the **EU climate-transition benchmarks and the EU Paris-aligned benchmarks and benchmarks' ESG disclosures** - [DOC](#)

New **EU-Mercosur** trade agreement - [DOC](#)



ESMA - EUROPEAN SECURITIES AND MARKETS AUTHORITY

MIFID II E MIFIR - MARKETS IN FINANCIAL INSTRUMENTS DIRECTIVE AND REGULATION

ESMA consults on **MIFID II compliance function requirements** - [DOC](#)

ESMA reports on **NCAS' use of sanctions under MIFID II** - [DOC](#)

ESMA launches call for evidence on certain **investor protection topics in the context of the reports to be submitted by the EC under article 90 of MIFID II** - [DOC](#)

ESMA issues latest **double volume CAP data** - [DOC](#)

ESMA updates **register of derivatives to be traded on-venue under MIFIR** - [DOC](#)

ESMA updates Q&As on MiFID II and MiFIR **investor protection and intermediaries** - [DOC](#)

ESMA updates its Q&As on MIFID II and MIFIR **market structure and transparency topics** - [DOC](#)

OTHER DOCUMENTS

ESMA **consults on short-termism** in financial markets - [DOC](#)

ESMA consults on **performance fee Guidelines for retail funds, seeking greater harmonization** - [DOC](#)

ESMA consults on **disclosure Guidelines under the Prospectus Regulation** - [DOC](#)

ESMA addresses **derivatives trading obligation** concerns following entry into force of EMIR Refit - [DOC](#)

ESMA advises on **credit rating sustainability issues and sets disclosure requirements** - [DOC](#)

ESMA broadens scrutiny of multiple **withholding tax reclaim schemes** - [DOC](#)

ESMA **withdraws the registration of Moody's** Investors Service EMEA Ltd - [DOC](#)

ESMA publishes its **annual peer review report on EU CCPS supervision** - [DOC](#)

ESMA publishes responses to its consultation on **indices and recognised exchanges under the CRR** - [DOC](#)

ESMA publishes the 23rd extract from the **EECS database** - [DOC](#)

ESMA publishes report on the **licencing of FinTech firms across Europe** - [DOC](#)

ESMA publishes responses to its call for evidence on **position limits in commodity derivatives** - [DOC](#)

ESMA launches consultation on **cost of market data and consolidated tape** - [DOC](#)

ESMA ceases **renewal of product intervention measure** relating to binary options - [DOC](#)

ESMA issues **opinions on product intervention measures** by Sweden, France and the United Kingdom - [DOC](#)

ESMA issues **opinions on product intervention measures** by Germany, Spain, Bulgaria, Denmark, Latvia and Greece - [DOC](#)

ESMA issues **opinions on product intervention measures** by Cyprus, France, Malta and Sweden - [DOC](#)

ESMA issues an opinion on **product intervention measures by the Czech Republic** - [DOC](#)

ESMA amends **enforcement decisions for nordic Banks following appeal** - [DOC](#)

ESMA fines Regis-TR S.A. €56,000 for **data access failures** - [DOC](#)



ESMA provides updated Q&As, **XML schema and validation rules for securitisation reporting** - [DOC](#)

ESMA readies **stress testing requirements for Money Market Funds** - [DOC](#)

Authorisation of EURIBOR under the Benchmark Regulation - [DOC](#)

Update of **annual equity transparency calculations** - application of the tick size regime for third-country shares - [DOC](#)

Beyond Ratings SAS' CRA registration withdrawn - [DOC](#)

ESMA warns **CFDs providers on application of product intervention measures** - [DOC](#)

ESMA appoints a **new member to its SMSG** - [DOC](#)

ESMA reappoints **three members of its Management Board** - [DOC](#)

ESMA sets out **expectations regarding application of IAS 12** - [DOC](#)

ESMA updates the **ESEF reporting manual** - [DOC](#)

ESMA updates its Q&As relating to the **Prospectus Regulation** - [DOC](#)

ESMA updates its **EMIR Q&A** - [DOC](#)

ESMA updates the **CSDR Q&As** - [DOC](#)

ESMA updates its **Q&As regarding the Benchmark Regulation** - [DOC](#)

ESMA **Newsletter** - Nº 6 - [DOC](#)

EBA - EUROPEAN BANKING AUTHORITY

EBA Basel assessment sees **impact driven by large banks** - [DOC](#)

EBA issues 2020 **EU-wide stress test methodology** for discussion - [DOC](#)

EBA welcomes publication by the European Court of Auditors of **special report on the EU-wide stress test** - [DOC](#)

EBA publishes its roadmap for the **new market and counterparty credit risk approaches** and launches **consultation on technical standards on the IMA under the FRTB** along with a data collection on non-modellable risk factors - [DOC](#)

EBA publishes report on implementation of the its **Guidelines on Product Oversight and Governance (POG)** arrangements - [DOC](#)

EBA publishes report on progress made on its **roadmap to repair IRB models** - [DOC](#)

ESAs publish **recommendations on the supervision of retail financial services** provided across borders - [DOC](#)

EBA assesses **impact of FinTech on payment institutions'** and e-money institutions' **business models** - [DOC](#)

Profitability challenges the sector, asset quality still improving but requires constant monitoring - [DOC](#)

EBA publishes its roadmap on **IFRS 9 deliverables and launches IFRS 9 benchmarking exercise** - [DOC](#)

EBA updates on monitoring of **CET1 capital instruments** - [DOC](#)

EBA publishes Report on **regulatory perimeter, regulatory status and authorisation approaches** in relation to FinTech activities - [DOC](#)



EBA publishes updated ITS **package for 2020 benchmarking exercise** - [DOC](#)

EBA amends implementing technical standards on **supervisory reporting with regard to financial information (FINREP)** - [DOC](#)

EBA reports on the monitoring of the **LCR implementation in the EU** - [DOC](#)

ESA - EUROPEAN SUPERVISORY AUTHORITIES

ESAs publish recommendations on the **supervision of retail financial services provided across borders** - [DOC](#)

ESRB - EUROPEAN SYSTEMIC RISK BOARD

ESRB risk dashboard - [DOC](#)

ESRB publishes **EU Non-bank Financial Intermediation Risk Monitor 2019** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 98 - **Bank asset quality and monetary policy pass-through** - [DOC](#)

Working Paper Series n.º 97 - **Rethinking capital regulation: the case for a dividend prudential target** - [DOC](#)

EUROSTAT

Government debt up to 85.9% of GDP in euro area - [DOC](#)

EUROPOL

Common challenges in **combating cybercrime** - [DOC](#)



PAPERS E OUTROS DOCUMENTOS

ADC - AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA

Edição de 2019 do Prémio AdC Política de Concorrência será dedicada a trabalhos académicos na área do Direito da Concorrência - [DOC](#)

AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE

Boas Práticas tendentes à utilização mais sustentável de recursos e à adoção de soluções circulares na administração pública - [DOC](#)

ASFAC - ASSOCIAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO ESPECIALIZADO

Impacto do Crédito ao Consumo na Economia Portuguesa - [DOC](#)

CFP - CONSELHO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Défice das Administrações Públicas recua para 0,5% do PIB em 2018 - [DOC](#)

CNPD - COMISSÃO NACIONAL DE PROTECÇÃO DE DADOS

Parecer n.º 38/2019: Alteração ao Decreto-Lei n.º 171/2015 - Regime Jurídico da Identificação Criminal - [DOC](#)

DGO - DIRECÇÃO GERAL DO ORÇAMENTO

Síntese da Execução Orçamental Mensal - Maio de 2019 - [DOC](#)

Dados Trimestrais da **Execução Orçamental** - 1º Trimestre de 2019 - [DOC](#)

ICC - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE EMPRESAS

ICC lança novas versões das **regras eUCP & eURC** - [DOC](#)

OMPI - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

Regulamento de Execução do **Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes** - [DOC](#)

ORDEM DOS ADVOGADOS

Processo de Parecer n.º 40/PP/2018-G: Direito de consulta por Advogados de processos tributários do CAAD – Centro de Arbitragem Administrativa, sem necessidade de exibição de procuração – art. 79º n.º 1 do Estatuto da Ordem dos Advogados - [DOC](#)



Processo de Parecer n.º 13/PP/2018-G: Reclamações por parte de advogados sobre violação do art. 79.º, n.º 1 do EOA, pelas Repartições de Finanças de (...) e de (...), por recusarem emitir certidões, exigindo aos advogados a junção de procuração - [DOC](#)

UTAO - UNIDADE TÉCNICA DE APOIO ORÇAMENTAL

Relatório n.º 9/2019 - Ativos por impostos diferidos: impactos orçamentais da Proposta de Lei n.º 178/XIII/4.a (GOV) e do Projeto de Lei n.º 1181/XIII/4.a (BE) - [DOC](#)

Relatório n.º 8/2019 - Apreciação do Programa de Estabilidade 2019–2023 - [DOC](#)

BANK OF ENGLAND

The Future of Finance Report - [DOC](#)

BIS - BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS

Annual Economic Report 2019 - [DOC](#)

Ten years after the **Great Financial Crisis: what has changed?** - [DOC](#)

Is the financial system sufficiently resilient: a research programme and policy agenda - [DOC](#)

BIS monthly **newsletter** - [DOC](#)

BONDCAP

Internet Trends 2019 - [DOC](#)

BPPG - THE BEST PRACTICE PRINCIPLES GROUP

New 2019 Best Practice Principles for Shareholder Voting Research & Analysis - [DOC](#)

DILIGENT INSTITUTE

Sustainability Report - [DOC](#)

ECGI - EUROPEAN CORPORATE GOVERNANCE INSTITUTE

Event Report: **Why Are Fewer Companies Going Public?** - [DOC](#)

EGON ZEHNDER

Who's Really On Board? **2018 Global Board Diversity Tracker** - [DOC](#)



EUROPEAN ISSUERS

Disclosure Insight Action Releases "Major Risk or Rosy Opportunity. Are companies ready for climate change?" - [DOC](#)

EFrag European Lab Call for Participation: **Dialogue on Climate-Related Reporting** - [DOC](#)

EY - ERNST & YOUNG

Attractiveness Survey Portugal 2019 - [DOC](#)

FAFT - FINANCIAL ACTION TASK FORCE

Report to **G20 Leaders' Summit** - [DOC](#)

Terrorist Financing Risk Assessment Guidance - [DOC](#)

The FATF Recommendations - [DOC](#)

FATF **Business Bulletin** July 2019 - [DOC](#)

IMF - INTERNATIONAL MONETARY FUND

Portugal: 2019 Article IV Consultation-Press Release; Staff Report; and Statement by the Executive Director for Portugal - [DOC](#)

IMF Executive Board Concludes 2019 **Article IV Consultation with Portugal** - [DOC](#)

Portugal: Selected Issues - [DOC](#)

Climate Disaster Risks – Empirics and a Multi-Phase Dynamic Model - [DOC](#)

World Economic Outlook Report - [DOC](#)

IMF Advice on **Unconventional Monetary Policies** - [DOC](#)

Long-Term Returns in Distressed Sovereign Bond Markets: How Did Investors Fare? - [DOC](#)

Euro Area Policies: 2019 - [DOC](#)

Germany: Selected Issues - [DOC](#)

ISDA - INTERNATIONAL SWAPS AND DERIVATIVES ASSOCIATION

ISDA **In Review** - [DOC](#)

KPMG ADVISORY

The **future of HR** - [DOC](#)



MCKINSEY

How the CFO role is evolving - [DOC](#)

NASDAQ

Where Board & Investor Priorities Intersect - [DOC](#)

OECD - ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT

2019 Reform Priorities - Portugal Economic Snapshot - [DOC](#)

Going for Growth 2019: The **time for reform is now** - [DOC](#)

Employment situation, first quarter 2019 - [DOC](#)

Consumer Prices - July - [DOC](#)

OICV-IOSCO - INTERNATIONAL ORGANIZATION OF SECURITIES COMMISSIONS

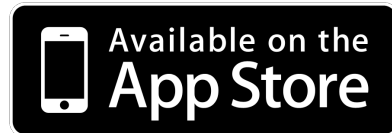
Statement on IOSCO **Liquidity Risk Management Recommendations for Investment Funds** - [DOC](#)

PIIE - PETERSON INSTITUTE FOR INTERNATIONAL ECONOMICS

International Coordination of Economic Policies in the Global Financial Crisis: Successes, Failures, and Consequences - [DOC](#)

APP AEM

MERCADO DE CAPITAIS PORTUGUÊS



TODA A INFORMAÇÃO PUBLICADA PELAS EMPRESAS ASSOCIADAS DA AEM NA SUA MÃO



[Subscribe](#)



[Read](#)



[Discuss](#)



[Link](#)



[Like](#)



[Share](#)

REGULATORY UPDATE

Julho 2019

AEM - Associação de Empresas Emitentes
de Valores Cotados em Mercado

Largo do Carmo, n.º 4, 1.º Direito
1200-092 Lisboa
Telefone: +351 21 820 49 70
Fax: +351 21 807 74 90
abel.ferreira@aem-portugal.com
www.emitentes.pt

SLBA - Sofia Leite Borges & Associados -
Sociedade de Advogados SP RL

Av. Sidónio Pais, 16, 2º Dto,
1050-215 Lisboa
Telefone: +351 213 170 996
Fax: +351 213 170 999
sofia.borges@slba.pt
www.slba.pt

O Regulatory Update é circulado aos Associados da AEM e a outras pessoas ou entidades que têm uma relação profissional com a AEM. O conteúdo do Regulatory Update não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização da AEM. Permanecemos ao inteiro dispor para o esclarecimento de qualquer dúvida ou questão, através dos contactos habituais e em geral@aem-portugal.com.